

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 110.645 - PI (2019/0093188-7)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
RECORRENTE : JHONYSTON CARVALHO DA SILVA (PRESO)
ADVOGADO : GUSTAVO BRITO UCHÔA - PI006150
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ

DECISÃO

Jhonyston Carvalho da Silva interpôs este recurso contra o acórdão proferido, no HC n. 0709869-41.2018.8.18.0000, pelo Tribunal de Justiça do Piauí. Eis a ementa do julgado ora impugnado (fl. 80):

PROCESSUAL PENAL – HABEAS CORPUS – HOMICÍDIO QUALIFICADO – AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO NA NEGATIVA DE RECORRER EM LIBERDADE E EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA – CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO – EXCESSO DE LINGUAGEM E AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO NO QUE SE REFERE ÀS QUALIFICADORAS – OCORRÊNCIA – NULIDADE DA DECISÃO DE PRONÚNCIA QUE SE IMPÕE – LIMINAR CONFIRMADA – ORDEM PARCIALMENTE CONCEDIDA.

Não se conforma o recorrente com a anulação da sentença de pronúncia sem o reconhecimento de excesso de prazo.

Requer a concessão de medida liminar a fim de garantir-lhe a liberdade e, ao final, busca o conhecimento e provimento do recurso para cassar o acórdão e conferir-lhe o direito de ser posto em liberdade.

Não há contrarrazões.

É o relatório.

O pedido liminar é completamente satisfativo, sua análise exige o exame mais pormenorizado do caso. Da rápida apreciação dos autos, não encontrei dados suficientes para chegar à conclusão de que a delonga no curso do processo decorreu de ineficiência estatal. Somente foi possível constatar, até o momento, que são três réus, com advogados diferentes, e um deles não chegou a ser interrogado porque, no curso da instrução, fugiu do estabelecimento penal em que se encontrava.

Indefiro o pedido liminar.

Solicitem-se informações, pormenorizadas, ao Juízo da 1ª Vara Criminal da comarca de Parnaíba/PI a respeito do andamento do Processo n. 0004886-15.2016.8.18.0031, bem como sobre a atual situação do feito e do ora recorrente. Deve a autoridade esclarecer, em até 10 dias, principalmente, se houve prolação de nova pronúncia com observância do § 3º do art. 413 do Código de Processo Penal e se há data designada para o Júri.

Transcorrido o prazo, com ou sem informações, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília, 03 de abril de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator